

PIBIC

Oligarquização em Associações Esportivas: Caso do São Paulo Futebol Clube

Relatório Final (21/08/2014)

Pedro Luiz Ferreira Pinto

Orientador: Cláudio Gonçalves Couto | GVpesquisa | FGV-EAESP

Sumário

1. Oligarquização em Associações Esportivas.....	3
2. São Paulo Futebol Clube.....	5
3. Juvenal Juvêncio	7
4. Eleições de 2014	12
5. Conclusões	15
5.1. Índícios de Oligarquização	20
5.2. Referências.....	21
5.3. Presidentes da Diretoria Executiva	22
5.4. Candidatos Vencidos	24
5.5. Duração dos mandatos entre 1935 a 1947	25
5.6. Trajetória dos envolvidos à Presidência do SPFC em abril de 2014	26

1. Oligarquização em Associações Esportivas

O processo político da oligarquização pode acontecer em qualquer tipo de organização que possua alguma relação de representação entre seus membros. Movidos pelo *status* gerado pelo poder, pelo controle sobre os recursos de toda organização, os representantes tendem a criar mecanismos que permitam a manutenção do poder em suas mãos, muitas das vezes contra a vontade dos demais membros da coletividade, sem permitir qualquer possibilidade de ascensão de uma oposição que poderia substituí-los. Esse processo pode ser notado em Partidos Políticos, Sindicatos e em outros tipos de representação, como mostra Michels em *Sociologia dos Partidos Políticos* (1915) – marco da criação da concepção de oligarquia – mas também pode ser notado, até mesmo, em organizações orientadas pela meritocracia, como mostra Cláudio Couto em *Oligarquia e Processos de Oligarquização* (2012). Este trabalho de Couto, de certa forma, serviu como porta para investigar os indícios do processo de oligarquização em Associações Esportivas, no caso o Sport Club Corinthians Paulista, e, dessa maneira, permitiu que fosse aplicada a mesma metodologia para realizar um estudo com mesmos fins sobre outra Associação Esportiva, no caso deste trabalho, o São Paulo Futebol Clube.

As organizações esportivas – propriamente de futebol, neste caso – possuem diversos modos para serem governadas. Na Itália, por exemplo, os Clubes usualmente possuem donos, fato que torna comuns os mandatos longos nas mãos de uma mesma pessoa, sem poder dizer que exista algum traço de oligarquia. Além desse tipo de poder, hoje em dia também é possível observar que, diante do crescente montante de dinheiro envolvido no futebol, que desde o começo dos anos 2000 já atingem valores vultosos¹, alguns Clubes passam a funcionar a partir da lógica de uma empresa, com gestões totalmente profissionalizadas – alguns desses chegam a abrir capital no mercado de ações, como o caso do Manchester United FC da Inglaterra, Juventus FC da Itália e AFC Ajax da Holanda.²

No Brasil, os Clubes, de maneira geral, seguem a lógica de Associações Esportivas em que os sócios, que são a coletividade, votam naqueles que irão exercer o poder no Clube. As formas como são feitas essas votações e o modo de

¹ Fonte: Artigo da página de Futebol da Uol Esporte. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2013/09/02/com-bale-espanha-aparece-em-9-das-10-contratacoes-mais-caras-do-futebol-veja-a-lista.htm>. Acessado em: 21/07/14

² Fonte: Coluna de Bruna Saniele da página de Economia da Terra em setembro de 2011. Disponível em: http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201109171301_TRR_80204708. Acessado em: 21/07/14

representação varia de Estatuto para Estatuto de cada Clube, mas, comumente, os sócios votam para a composição de órgãos colegiados que os vão representar e escolher uma Diretoria que será detentora do poder do Clube por determinado período de tempo, normalmente dois ou três anos. No entanto, a partir dessa lógica, pode se notar diferença entre dois grupos de Associações Esportivas: a primeira delas é formada pelos Clubes que não possuem parte social, oferecendo aos associados apenas o futebol. Ou seja, o interesse dos sócios é única e exclusivamente voltado para o desempenho de seu time e, conseqüentemente, o poder é movido pelos desempenhos ligados a ele. O FC Barcelona – Clube referência no mundo pelos resultados, pela estrutura e pelo valor de seu elenco – é exemplo desse tipo de Associação. Já no Brasil, o principal exemplo é o Santos Futebol Clube. O segundo tipo de Associação Esportiva é mais complexa que a primeira pelo fato de que, além do futebol, possui uma parte social. Os interesses de cada um desses segmentos dentro do Clube muitas vezes divergem entre si. Trata-se de um conflito de interesses: os sócios, que podem ou não serem adeptos do time de futebol do Clube em que são associados, podem – até mesmo por esse motivo – não estar preocupados com o desempenho do time e, portanto, desejam apenas um bom funcionamento da parte interna do Clube, como uma boa piscina, boas quadras de esportes, bom funcionamento dos campeonatos internos, entre outros. No entanto, são esses sócios que formam o colégio eleitoral que irá compor os órgãos colegiados e o poder do Clube que, por sua vez, tomarão as decisões tanto da parte social quanto da parte futebolística. O problema é que a situação mais comum a ser observada nesses Clubes se dá com o futebol gerando lucros financeiros que financiam a deficitária parte social para que ela tenha um bom funcionamento. Para aqueles que detêm o poder, mais importante do que ter os sócios satisfeitos é conseguir angariar a maior quantidade de apoio para manutenção do seu poder, situação que, dependendo de como for conduzida pelos mandatários, pode transformar a Associação Esportiva em uma oligarquia.

Exemplos desse segundo grupo de Associação passam por Sport Club Corinthians Paulista – estudado por Cláudio Couto e constatado um histórico de oligarquia na maior parte de sua história – e São Paulo Futebol Clube – objeto de análise desta pesquisa, que será desenvolvida e analisada abaixo.

2. São Paulo Futebol Clube

O São Paulo Futebol Clube surgiu no dia 25 de janeiro de 1930, a partir da fusão de ex-sócios, jogadores e dirigentes de dois Clubes da cidade de São Paulo: Club Atlético Paulistano, de quem herdou a cor vermelha, e Associação Atlética das Palmeiras, de quem herdou a cor preta, que, junto com a cor branca comum aos dois Clubes que vinham a ser fundidos, se constituiu no Tricolor Paulista. No entanto, por questões políticas internas e externas do começo da década de 1930, que envolviam principalmente a disputa entre amadorismo ou profissionalismo no futebol brasileiro, o “São Paulo da Floresta” – forma como o Clube era conhecido até a sua refundação – chegou ao fim em 14 de maio de 1935 por um breve período. Sua fundação plena foi concebida no dia 17 de dezembro de 1935, quando 15 homens do São Paulo da Floresta se reuniram e não deixaram que a história conquistada em cinco anos caísse em esquecimento.³ Por esse motivo, pela questão da instabilidade da primeira fase do Clube que durou de janeiro de 1930 a maio de 1935, a análise do poder do SPFC neste trabalho é feita a partir da segunda fase do Clube, ou seja, a partir do dia 17 de dezembro de 1935.

Como será visto adiante, Juvenal Juvêncio (JJ) é o principal personagem do São Paulo no período que precede este estudo e, além disso, é o principal foco para análise de quaisquer indícios de oligarquização no Clube. Ele completou oito anos presidindo o SPFC em abril de 2014, prazo que vai à contramão da história política das últimas três décadas do São Paulo. A curta história do SPFC – com uma fundação no ano de 1935 que é tardia se comparada com os outros Clubes de maior tradição no Brasil – mostra quatro diferentes períodos quanto à duração de mandato dos Presidentes.⁴ O primeiro destes períodos, a Fase I, que durou desde a fundação até 1947, possui um tempo médio de duração de mandato de, aproximadamente, 14 meses. Na Fase II, a partir de 1947, apenas três Presidentes geriram o Clube em 32 anos, ou seja, até 1978. Já na Fase III, que se inicia em 1978, todos os Presidentes estiveram no máximo quatro anos no poder (dois mandatos com dois anos de duração cada, no período de 1972 até 2008). E, por fim, a Fase IV, de 2006 até 2014, anos em que o SPFC foi presidido por Juvenal e que é, também, objeto de estudo desta pesquisa.

³ Fonte: História do São Paulo Futebol Clube na Webpage oficial do Clube. Disponível em: <http://www.saopaulofc.net/noticias/noticias/sao-paulo-fc/2011/12/16/76-anos-de-fe-e-conquistas/>. Acessado em: 21/07/14.

⁴ As Fases I, II, III e IV citadas nessa passagem foram divididas por mim com a finalidade de agrupar mandatos com características semelhantes durante a história do Clube.

A Fase I é um período de volatilidade no poder. Como foi dito acima, os mandatos duravam aproximadamente 14 meses nesses 12 anos iniciais do Clube.⁵ Os motivos de troca de Presidente nesta fase variam, pois cada episódio possui uma justificativa: Cid Mattos Vianna, por exemplo, renunciou em 1938 devido à crise financeira e no futebol que o Clube enfrentava, já Roberto Gomes Pedroza renunciou para assumir a Federação Paulista de Futebol (FPF). Com base na teoria desenvolvida em *Modelos de Partido – Organização e poder nos Partidos Políticos*, de Angelo Panebianco, é possível compreender parte do processo de amadurecimento institucional do São Paulo Futebol Clube. Sendo o Clube uma associação voluntária – característica também dos partidos políticos –, ele tende a passar por um processo de institucionalização. Este processo é, basicamente, “a consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis.” Sendo assim, é possível compreender essa maior volatilidade no poder na Fase I explicada pela gênese institucional do Clube, período em que se prevalece o “sistema de solidariedade”, no qual há grande sintonia de interesses entre os participantes da associação, além da tentativa de fazer do Clube uma organização consolidada, passando por várias reformas de Estatuto. Com o amadurecimento do Clube, “a burocratização e o progressivo envolvimento na rotina cotidiana, a organização se diversifica no seu interior” e, assim, os interesses começam a divergir. Ou seja, o “sistema de solidariedade” passa a dar espaço para o “sistema de interesses”, “um sistema de ação tendo em vista os interesses dos agentes”. É essa a transformação que explica a mudança da Fase I para Fase II, período que conclui o processo de institucionalização do São Paulo Futebol Clube.

Juvenal Juvêncio foi o quarto Presidente a ocupar o cargo por mais de cinco anos consecutivos, todos os outros tiveram quatro ou menos anos na presidência. Os mandatos com duração de mais de cinco anos são a principal característica da Fase II – desconsiderando, claro, o mandato de JJ a partir de 2006, que configura a Fase IV. Cícero Pompeu de Toledo e Laudo Natel dominaram os anos 50 e 60 e, por serem responsáveis pela construção do Estádio do “Morumbi”, o maior estádio particular do país, e se tornaram os mais importantes Presidentes na história do Clube. Toledo,

⁵ O cálculo de duração dos mandatos foi feito com base nas datas disponibilizadas no site oficial do Clube. Para compreender melhor este dado, conferir os Anexos 5.3 e 5.5 ao final do relatório. Os 14 meses são um número arredondado. Rigorosamente, a média foi de 14 meses e meio.

responsável por dar início às obras e homenageado com a nomeação do próprio Estádio (Estádio Cícero Pompeu de Toledo, popularmente conhecido como Estádio do Morumbi), ganhou o Título de Presidente de Honra do Clube, enquanto Natel, responsável por concluir as obras do Estádio, foi intitulado como Patrono do Clube. Ambos comandaram o SPFC de 1947 a 1971 – Cícero Pompeu de Toledo por seis mandatos (1947 – 1958) e Laudo Natel por sete mandatos (1958 – 1971) – e, apesar do legado do Estádio, em termos de títulos conquistaram apenas cinco Campeonatos Paulistas durante os 25 anos. As causas que levaram à troca de Presidentes nesta fase foram, primeiro, o afastamento de Toledo por motivos de saúde, em 1957 e, segundo, a posse do governo de São Paulo por Laudo Natel em 1971, fato que abriu espaço para o terceiro Presidente do período, Henri Aidar. Henri, pai de Carlos Miguel Aidar, comandou o Clube entre os anos de 1971 e 1978, totalizando quatro mandatos. Foi responsável pela construção dos campos de futebol social e pelo vestiário feminino. Quanto aos títulos, esteve à frente do SPFC no primeiro Campeonato Brasileiro na história do Clube, em 1977, além de dois Campeonatos Paulistas, em 1971 e 1975.

3. Juvenal Juvêncio

Juvenal Juvêncio (JJ) foi, desde 2006 até 2014, o Presidente do São Paulo Futebol Clube. Esse longo tempo de Juvenal à frente do São Paulo levanta a hipótese de que a disputa política no Clube não é tão eficaz quanto parecia ser até a primeira metade da década de 2000, quando os mandatos duravam até quatro anos e o Clube se tornava referência em estrutura e em conquista de títulos. Para muitos, esse *status* de referência era consequência de bons mandatos, advindos de uma disputa efetiva pelo poder.

Juvenal é conhecido pelo seu estilo extravagante, por suas entrevistas marcantes e nas redes sociais é lembrado, até mesmo, pela fama alcoólica. Ingressou no São Paulo Futebol Clube na década de 60, época em que, além de sócio e, depois, Conselheiro vitalício do Clube, estava envolvido com política pública. Foi investigador de polícia e deputado estadual suplente durante a legislatura de 1963 a 1967. No ano de 1965, foi candidato a vereador em São Paulo pelo PDC (Partido Democrata Cristão) e, com 7.935 votos, ficou com a quarta suplência e foi chamado para assumir seis vezes, somando 50 dias na função. Quanto à posição política de Juvêncio, Marco Aurélio Cunha, ex-genro do Presidente e ex-dirigente de futebol do SPFC, diz que JJ “gosta mais de política do que de futebol. Seu herói é o Faria Lima, mas tem votado com a

esquerda nos últimos tempos. Não é apenas a política partidária, mas a prática política”. Juvêncio, que foi vereador pelo PDC e ocupou cargos públicos durante o governo da ARENA (partido de apoio à ditadura militar), hoje vota no PT (Partido dos Trabalhadores)⁶, o que justifica seu apoio à candidatura do prefeito Fernando Haddad nas eleições de 2012.

Laudo Natel, um dos principais nomes dentre os Presidentes do SPFC e governador de São Paulo em duas oportunidades, durante seu segundo governo (1971 – 1975), nomeou Juvenal ao cargo de diretor da CECAP (Companhia Estadual de Casas Populares), órgão público responsável pela construção de moradias populares no Estado. Natel foi Presidente do Clube quase ininterruptamente por mais de uma década (1958 – 1972), por sete mandatos consecutivos, sendo importante aliado de Juvenal e servindo de ponte para ligá-lo ao SPFC. Juvenal Juvêncio e Laudo Natel são apenas dois de alguns dos importantes nomes na história da direção do São Paulo Futebol Clube que também estiveram envolvidos com a política pública. Marco Aurélio Cunha, nome expressivo da atual oposição do Clube, é o mais recente deles, sendo vereador de São Paulo pela segunda vez. O fato é que tal envolvimento com o cenário político foi importante para Juvenal angariar aliados, entrar no SPFC e conquistar sua influência no Clube.

Como foi dito, Juvenal Juvêncio ingressou ao SPFC na década de 60. No entanto, conquistou seu primeiro cargo diretivo no Clube apenas duas décadas depois, entre os anos de 1984 e 1988, época em que foi Diretor do Departamento de Futebol durante a gestão do então Presidente Carlos Miguel Aidar. Nesse período, foi responsável por promover grandes jogadores, como Muller, Silas e Sidney, os quais ficariam conhecidos como “Os Menudos do Morumbi”. Com o elenco reciclado com esses novos nomes e com jogadores já experientes, caso de Careca, Darío Pereyra, Oscar e outros, o SPFC conquistou importantes títulos, como os Campeonatos Paulistas de 1985 e 1987 e também o Campeonato Brasileiro de 1986, o segundo do São Paulo em sua história. Findado o mandato de Carlos Miguel Aidar, Juvenal Juvêncio foi o indicado à sucessão do cargo e venceu as eleições de 1988. A disputa foi polêmica: a votação estava empatada em 108 votos de conselheiros para cada lado, fato que elegeria Antônio Leme Nunes Galvão por ser o candidato mais velho. No entanto, o resultado

⁶ Fonte: “As duas faces de Juvenal Juvêncio”, coluna de Luís Augusto Símon na Revista ESPN de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/303510_as-duas-faces-de-juvenal-juvencio. Acessado em 11/10/13.

acabou sendo decidido por apenas um voto de diferença, dado por Conselheiro que, na ocasião, gerou um impasse na eleição por atuar à época como gerente social remunerado do Clube, motivo que fez com que sua cédula fosse a última a ser contabilizada e, dessa forma, tendo peso de um “voto de minerva”. A oposição, representada por Nunes Galvão, questionou a legitimidade da eleição e se indignou com esse motivo circunstancial que conduziu JJ à vitória.⁷ Dessa maneira, Juvenal foi eleito Presidente sob muita pressão dentro do Clube e, durante sua gestão, que durou até 1990, realizou reformas nos campos de futebol e nos desenhos que rodeiam o gramado do Estádio do Morumbi, além de estar à frente do time Campeão Paulista em 1989.

Ao final de seu primeiro mandato, Juvenal Juvêncio perdeu a reeleição para a oposição comandada por Nunes Galvão, que havia perdido para Juvenal dois anos antes. Galvão abdicou da presidência e indicou José Eduardo Mesquita Pimenta, que obteve uma série de títulos internacionais na primeira metade da década de 90, inclusive conquistando o Campeonato Mundial por duas vezes, além de vencer mais um Campeonato Brasileiro para o Clube, em 1991. Essa passagem vitoriosa foi um dos principais motivos para que conseguisse uma reeleição e, também, para assegurar a chapa da situação pelos próximos mandatos. Enquanto isso, Juvenal Juvêncio ficou fora da direção do Clube por 12 anos, sendo apenas membro da oposição na condição de Conselheiro vitalício. Retornou à diretoria na gestão de Marcelo Portugal Gouvêa (2002 – 2006), que havia sido Diretor de Futebol no primeiro mandato de Juvenal no final da década de 80. Nessa nova fase, assumiu mais uma vez o posto de Diretor do Departamento de Futebol em 2003, cargo no qual se manteve até 2006. Juvenal fazia parte da Diretoria do São Paulo responsável por aumentar o patrimônio, equilibrar as finanças do Clube e coroar essa evolução quando o Clube sagrou-se Campeão Paulista, Campeão da Libertadores da América e também do Mundial Interclubes, no ano de 2005. Fora dos gramados, essa mesma Diretoria, que tinha em Juvenal um dos principais nomes, criou do Núcleo de Reabilitação Esportiva Fisioterápica e Fisiológica (REFFIS) em 2003 e também construiu o Centro de Formação de Atletas Laudo Natel, em Cotia, inaugurado em julho de 2005, tornando o São Paulo Futebol Clube referência em estrutura no país. No ano seguinte, JJ foi eleito Presidente do Clube pela segunda

⁷ Fonte: Acervo da Folha. Página 33 do dia 17/04/1988. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=elei%C3%A7%C3%A3o+S%C3%A3o+Paulo+Futebol+Clube+1988&site=&periodo=acervo&x=5&y=18>. Acessado em 08/02/14.

vez na história. Amparado pelas conquistas, venceu a oposição, representada por Marcelo Martines, por 127 a 101 votos e, assim, sucedeu Marcelo Portugal Gouvêa.

Nessa nova era de Juvenal como Presidente, o São Paulo Futebol Clube prorrogou sua fase vitoriosa. Nos três anos subsequentes ao de 2005, o São Paulo foi Campeão Brasileiro por três vezes consecutivas, fato inédito na competição. E, como já dizia Gouvêa antes de entregar o cargo máximo do Clube para Juvenal, “Quando o futebol vai bem, tudo vai bem.”. Por mais que uma boa gestão em um Clube não signifique ter sucesso apenas no futebol, essa máxima de Marcelo Portugal Gouvêa costuma refletir como torcedores e diretorias avaliam um mandato. Não são poucos os exemplos de Diretores de Futebol bem sucedidos durante sua passagem em tal função ou, até mesmo, Presidentes vitoriosos na frente futebolística que passam a ser fortes nomes para presidir (ou ser reeleito) na renovação da diretoria do Clube, apesar de o colégio eleitoral ser composto por sócios que em boa parte não são são-paulinos e muitas das vezes têm maior preocupação com a parte social do Clube. No São Paulo Futebol Clube, os exemplos mais recentes do reflexo desse comportamento são Fernando José Casal de Rey e o próprio Juvenal Juvêncio. O primeiro foi Diretor de Futebol na vitoriosa primeira metade da década de 90, que lhe rendeu a presidência no ano de 1994, e, o segundo, elegeu-se um ano após estar à frente do Departamento de Futebol quando foi montado o time multicampeão de 2005.

Juvenal, até então, havia construído sua reputação por meio de um histórico muito vitorioso tanto como Presidente quanto como Diretor de Futebol do SPFC, além de ser diretamente responsável pelas melhorias de infraestrutura do Clube. No entanto, a partir das eleições do São Paulo de 2008, até os dias de hoje, Juvenal passou a dividir opiniões: situacionistas o enxergam como um visionário, como um ser imprescindível para o Clube, já os opositoristas o veem como um ditador arrogante e soberbo.

Desde o ano de 2008, o São Paulo Futebol Clube tem tido momentos complicados. Além de três anos em jejum de títulos, Juvenal, que sempre esteve em evidência pelo seu estilo e declarações e, também, pela coleção de desentendimentos com outros dirigentes do futebol brasileiro, cometeu uma série de atitudes que por vezes desagradaram à torcida são-paulina e à própria Diretoria do Clube, por conta de seu comportamento centralizador. Tais atitudes abrangem tanto o futebol quanto decisões políticas.

Quanto ao futebol, desde que Juvenal assumiu a presidência, foram demitidos importantes nomes do Clube e referências no país, como Turíbio Leite (fisiologista – 25 anos no SPFC), Carlinhos Neves (preparador físico – 8 anos no SPFC) e Luiz Rosan (fisioterapeuta – 32 anos no SPFC). Todos eram membros efetivos da duradoura comissão técnica de futebol no Clube durante a trajetória mais vitoriosa do São Paulo em sua história e os motivos das demissões nunca foram claramente explicados para a mídia. São profissionais que continuam fazendo sucesso fora do São Paulo, enquanto o próprio SPFC encontra dificuldades para recompor sua comissão técnica, demonstrando certa inconstância nesses cargos nos anos que antecedem a este estudo. Além dessas demissões, outras inconstâncias são citadas pelos opositoristas e, principalmente, pela mídia, como a troca constante de técnicos – foram oito em um período de aproximadamente cinco anos (2009 – 2013) – e a constante reciclagem de jogadores no elenco, que resulta em posições carentes no esquema tático do time e apostas em jogadores que não correspondem às expectativas do Clube e de seus torcedores.

Na frente política, a tentativa de centralizar cada vez mais o poder desagradava os opositoristas. A insistência em manter Adalberto Baptista, desafeto dos torcedores e de parte da Diretoria, é um exemplo de motivo de descontentamento. Adalberto, homem de confiança de Juvenal, foi Diretor de Futebol até o final do mês de julho de 2013, quando entrou em conflito com o goleiro Rogério Ceni, ídolo da torcida são-paulina. O episódio foi o estopim para que pedisse demissão de seu cargo, no qual já vinha sendo criticado pela má fase do time e pelo desconforto que causava dentro da cúpula do Clube, por ter a reputação de falta de capacidade em lidar com pessoas e falta de tato para resolver problemas. Luiz Rosan, por exemplo, credita a ele seu desligamento com o Clube, atitude bastante questionada pela mídia na época.⁸ No entanto, no começo de setembro do mesmo ano, Juvenal reintegrou Adalberto Baptista à Diretoria no cargo de Diretor-Secretário Geral, cargo que não lida diretamente com o futebol do Clube, mas que foi motivo para gerar desconforto em alguns dirigentes, conselheiros e torcedores.

⁸ Fontes: Perspectiva de Adalberto Batista em resposta ao Lance!Net. Disponível em http://www.lancenet.com.br/sao-paulo/Adalberto-Baptista-Rosan-comportamento-continuidade_0_895710601.html. Perspectiva de Luiz Rosan em entrevista cedida ao Uol Esporte. Disponível em <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2013/09/06/demitido-do-sao-paulo-luiz-rosan-ataca-adalberto-ele-e-amador.htm>. Acessados em 14/07/14.

A tentativa de centralização do poder culmina nas mudanças do Estatuto Social do Clube, à qual a oposição, que um dia deu carta branca para que elas se realizassem, hoje questiona a legitimidade delas. A primeira das mudanças, em 2008, ano correspondente ao da reeleição de Juvenal Juvêncio, prevê uma mudança de dois para três anos de mandato ao Presidente e outros cargos diretivos. A segunda foi feita em fevereiro de 2011, adicionando uma emenda ao Estatuto, sugerida por Carlos Miguel Aidar e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Clube – dos 158 conselheiros que votaram, 140 foram a favor da mudança. A alteração adiciona apenas um parágrafo ao Estatuto anterior e, assim, passa a afirmar que os “mandatários eleitos na segunda quinzena do mês de abril de 2008 (...) exercerão apenas seu primeiro mandato sob o novo regime deste Estatuto, motivo pelo qual eventual mandato exercido antes da referida eleição, não será considerado para efeito da restrição à reeleição trazido pelo artigo 50, letra "a", e do artigo 84 deste Estatuto [artigos 50 e 84 reiteram que não é permitida mais de uma reeleição para Presidente da Diretoria e outros cargos diretivos]” como consta no Estatuto Social do Clube de 2011, Capítulo XVII – Das Disposições Transitórias, em Seção Única. Essa nova regra instituída pelo Estatuto de 2011 permitiu que Juvenal Juvêncio fosse reeleito e se mantivesse na presidência do São Paulo Futebol Clube pela terceira vez consecutiva. A manobra feita por Juvenal, que garantiu seu terceiro mandato sem alarde do Conselho, é atitude questionável quanto ao modo de representação tido no SPFC, uma vez que ele tomou posse em 2006, foi reeleito por duas vezes em 2008 e 2011 e teve sua gestão findada em 2014, completando oito anos de mandato no Clube.

4. Eleições de 2014

A maioria dos fatores apontados na descrição acima desagradava à torcida e fomentava uma articulação da oposição que há muito não tem espaço. O título da Copa Sul-Americana em 2012 não foi o suficiente para apaziguar a situação do Clube, que, no ano de 2013, viveu a pior campanha da história, ameaçado pelo rebaixamento no Campeonato Brasileiro durante grande parte do torneio, passando por uma fase de 14 jogos sem vitória entre junho e agosto desse mesmo ano, sendo 11 derrotas dentre essas partidas. Para José Roberto Canassa, Conselheiro vitalício e que já foi aliado de Juvêncio entre os anos 1990 e 2002, Juvenal “se acha à prova de erros, não ouve ninguém e ficou arrogante. Brigou com a Federação Paulista, com o Corinthians, o Flamengo, o Palmeiras, o Santos, a CBF e a FIFA. Perdeu tudo. O Morumbi ficou fora

da Copa, mas ele acha que está tudo bem”⁹. Em contraposição a Canassa, Carlos Miguel Aidar – responsável por dar o primeiro cargo diretivo a JJ no SPFC e indicado por Juvenal para sucedê-lo na Presidência do Clube nas eleições de 2014 – interpreta o terceiro mandato como necessário e analisa toda essa situação da seguinte maneira: “Ele [JJ] centraliza as decisões principais com ele e o pessoal que o cerca, a grande maioria, por admirá-lo, não fala ‘não’. (...) O terceiro mandato foi necessário, talvez tenha sido um erro, mas foi necessário. Naquele momento, Juvenal estava numa empreitada que ainda passava pela tentativa de levar o [Estádio do] Morumbi para a Copa do Mundo: ponto um. Ponto dois: ele estava num processo de reformulação e renovação do Estádio que só ele conhecia a foto total das negociações com órgãos públicos, Ministério Público, Prefeitura. Terceiro: ele não tinha preparado ninguém e ninguém se apresentava em condição [de assumir a Presidência do Clube]”¹⁰. Foram esses os motivos pelos quais o próprio Carlos Miguel propôs a alteração estatutária de 2008 e que faz Aidar acreditar que Juvenal Juvêncio não é um ditador, em sua forma pejorativa do termo, apesar de constatar que, de fato, JJ é centralizador e não é de dar satisfação para aqueles que o cercam na Diretoria em parte das decisões do São Paulo Futebol Clube.

Voltando à discussão do poder, observa-se no São Paulo um fator importante que colaborou com a manutenção do poder de Juvenal: a falta de força e de articulação da oposição nas eleições de 2008 e 2011. *Grosso modo*, essas duas últimas eleições serviram apenas para formalizar a vitória de Juvêncio. Na primeira delas, JJ concorreu contra Aurélio Miguel, ex-judoca, vereador, que se tornou conselheiro do Clube apenas em 2004 e, somado a sua falta de influência no SPFC, defrontou-se com um Presidente que possuía grande maioria do Conselho Deliberativo, com grande vantagem sobre a oposição. Nesse panorama, o resultado não poderia ser outro: 147 votos para Juvenal contra 64 do opositor Aurélio Miguel. Em 2011, a história não foi diferente: Edson Lapolla foi o candidato da oposição e, dessa vez, a vitória de Juvenal foi ainda mais massacrante, 163 contra apenas sete votos do opositor. Em entrevista após as eleições, Juvenal afirmou “O São Paulo precisa de mim. Todos sabem disso.” E complementou: “A oposição não existe”. Marco Aurélio Cunha, ex-

⁹ Fonte: “As duas faces de Juvenal Juvêncio”, coluna de Luís Augusto Símon na Revista ESPN de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/303510_as-duas-faces-de-juvenal-juvencio. Acessado em 11/10/13.

¹⁰ Fonte: Entrevista de Carlos Miguel Aidar para o site globoesporte.com. Disponível em <http://globo.com/globocom/globoesportecom/v/entrevista-com-carlos-miguel-aidar-candidato-a-presidencia-do-sao-paulo-em-2014/2848282/>. Acessado em 11/10/13.

aliado de JJ, no entanto, expõe seu ponto de vista na perspectiva da oposição: “O presidente, que adora dizer-se um entendido em futebol e que vibra com a prática política, dedica-se atualmente a estender seu poder no clube mesmo após sua saída. Ele faz de tudo para que em abril de 2014 haja uma chapa única no intrincado sistema eleitoral são-paulino, formada sob sua supervisão.”.

Para as eleições de abril de 2014, Juvenal Juvêncio indicou Carlos Miguel Aidar como candidato da situação. Não apenas pela questão do Estatuto do São Paulo Futebol Clube, que certamente não teria brechas para um quarto mandato que o deixasse 11 anos a frente do Clube, dessa vez o Conselho Deliberativo dificilmente daria carta branca para que JJ continuasse no poder. Isso porque, apesar da admiração e reconhecimento de quase toda a maioria de Conselheiros por Juvenal, seu poder já estava desgastado e sua situação médica¹¹ também não era favorável para continuar com o intenso envolvimento de JJ com o Clube. Sócio nº 96 do São Paulo Futebol Clube, Conselheiro vitalício e Presidente mais novo na história do Clube a partir dos 36 anos de idade entre 1984 a 1988 – época em que se tornou aliado de Juvenal por promovê-lo a Diretor de Futebol – Aidar era o favorito na disputa para a presidência do Clube. Na oposição, o ex-Diretor Jurídico do último mandato de Juvenal, Kalil Rocha Abdalla deixou de apoiar o mandatário e se tornou o candidato dos opositoristas. Foi apoiado por Marco Aurélio Cunha, que cogitava concorrer ao cargo, porém, devido ao seu forte temperamento, provavelmente não conseguiria a aprovação necessária do Conselho. Dessa maneira, Abdalla foi o representante da oposição que ganhou força não vista antes, nas duas eleições precedentes. Assim, a disputa pelo poder em 2014 foi mais acirrada que as outras vencidas por Juvenal Juvêncio.

Antes das eleições, situacionistas e opositoristas divergiam sobre a questão da aprovação do projeto para a reforma do Estádio do Morumbi. Essa decisão foi o principal elemento que fomentava a discordância entre as partes: enquanto a situação elaborava e negociava os contratos, a oposição não notava transparência nas decisões e não se sentia à vontade para aprovar o projeto antes de esmiuçá-lo. Tal assunto causou fortes discussões rendendo acusações e insultos de ambos os lados.

Nas eleições para Conselheiros no dia 5 de abril de 2014, 1.854 sócios – que representaram 61,71% do total – votaram a favor da situação. Ou seja, com essa

¹¹ Fonte: Artigo de setembro de 2013 na página do São Paulo Futebol Clube no globoesporte.com. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/times/sao-paulo/noticia/2013/09/juvenal-juvencio-diz-que-se-curou-de-cancer-mas-segue-em-tratamento.html>. Acessado em: 22/07/14

proporção, a chapa de Aidar passou a ocupar 49 das 80 cadeiras a serem ocupadas e se juntariam aos Conselheiros Vitalícios. Esse panorama gerou larga vantagem para Carlos Miguel Aidar na eleição para Presidente da Diretoria que se realizaria onze dias depois: 16 de abril. Nesta data, Kalil Rocha Abdalla retirou sua candidatura como forma de boicotar a reunião na qual se realizaria a votação para aprovar o projeto de reforma do Estádio – seriam necessários 75% de presença. Dessa maneira, o caminho para a vitória da situação ficou aberto: 140 votos apurados, sendo 133 para Aidar e os sete restantes em branco.

O grupo de Juvenal e Aidar se encontra no poder do São Paulo Futebol Clube desde 2002. Esse é um dos motivos pelos quais o jornalista Paulo Vinícius Coelho, em seu artigo “Os Novos Cardeais”, de 25 de agosto de 2013, pela Folha de S. Paulo¹², analisa Juvenal Juvêncio e Antônio Leme Nunes Galvão como os dois nomes mais influentes no Clube nos últimos 25 anos. Desde 1990, quando Juvenal foi derrotado por José Eduardo Mesquita Pimenta na tentativa de reeleição, Nunes Galvão elegeu todos os Presidentes até o ano de 2000. Com seu falecimento no ano seguinte, a oposição – grupo de Juvenal Juvêncio – voltou ao poder em 2002, com Marcelo Portugal Gouvêa. Com a eleição de Aidar, manter-se-á no poder até, pelo menos, abril de 2017.

5. Conclusões

Os fatos e algumas análises até então expostos neste relatório são elementos para a compreensão da presença ou não de indícios de oligarquia na Organização Esportiva estudada, o São Paulo Futebol Clube.

Foi possível notar que, ao longo das décadas, o Clube passou por um processo de amadurecimento político e organizacional que pode ser visto nas diversas fases do SPFC. A primeira delas na qual há instabilidade no poder e os mandatos duram pouco mais de um ano. A Fase II, quando o São Paulo conclui seu processo de institucionalização e apenas três Presidentes conduziram o Clube durante 32 anos. A terceira fase, em que os mandatos e as eleições são claramente respeitados, Presidentes ficam necessariamente dois ou quatro anos no poder e, por fim, a Fase IV encabeçada por Juvenal Juvêncio analisada nesta pesquisa com a intenção de notar se o SPFC apresenta características de uma oligarquia.

¹² Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pvc/2013/08/1331557-os-novos-cardeais.shtml>. Acessado em 11/10/13.

O quadro “Indícios de Oligarquização” no Anexo 1, que segue o final do texto, é uma forma de ilustrar de maneira sucinta e fácil de visualizar quais são os principais indícios de uma oligarquia e qual a relação existente entre eles e o SPFC. Sendo assim, é possível investigar se o poder configura ou não uma oligarquia.

Na análise de Leach, a oligarquia é “uma concentração de poder ilegítimo nas mãos de uma elite entrincheirada”. Dentre as formas dessa ilegitimidade, existe a “ilegitimidade das pessoas”, “ilegitimidade da jurisdição” e “ilegitimidade dos meios” em que, se uma ou mais dessas forem notadas na organização, é possível constatar que existe um poder oligárquico.

No caso do São Paulo, nenhuma delas pode ser observada claramente, mas a terceira é pouco mais notável que as duas primeiras. A primeira delas – ilegitimidade das pessoas – na qual a coletividade é comandada por alguém que não tenha autoridade legal para isso, não existe no Clube, uma vez que o Presidente é eleito mediante votação do Conselho e, dessa maneira, possui poder legítimo respaldado pelas regras da organização, no caso, o Estatuto Social do Clube. Lembrando que o Conselho Deliberativo do SPFC é composto por 160 Conselheiros vitalícios e 80 Conselheiros eleitos de seis em seis anos pelos sócios do Clube. Essa composição é, talvez, a forma mais democrática encontrada nos últimos anos pelos membros do São Paulo por garantir que nenhum dos lados, situação ou oposição, seja beneficiado.

O segundo tipo de ilegitimidade – ilegitimidade da jurisdição – que é percebida quando o mandatário legítimo extrapola os limites de seu poder, também não se vê presente no SPFC, pois, apesar de algumas tentativas de alteração de Estatuto, a fim de preservar as decisões de quem se encontra no poder, como aquela que permitiu o terceiro mandato de JJ e aquela que Aidar tentaria para conseguir aprovar o projeto de reforma do Estádio, só podem ser feitas mediante aprovação do Conselho. No primeiro exemplo, a alteração foi realizada com aval de quase todos os Conselheiros e, como consequência, todos os membros da coletividade tiveram que se tornar mais submissos a Juvenal que, a partir desse momento, percebeu que tinha força suficiente para tomar as decisões do seu jeito, ainda que não burlasse nenhuma norma legal para realizá-las. No segundo exemplo, Aidar encontrou bastante dificuldade para tentar alterar o Estatuto, pois, dessa vez, a oposição soube garantir suas vontades e usou as normas estatutárias a seu favor, boicotando as votações de Conselho para aprovação do projeto em questão, as quais não atingiram quórum suficiente.

A ilegitimidade dos meios, que ocorre quando a coletividade não aprova o exercício do poder, pode ser questionada nesses últimos dois mandatos de JJ. O aval dado por quase cem por cento dos Conselheiros para que Juvêncio seguisse no poder fez com que a delegação de funções dentro do Clube não fosse feita da mesma maneira que era há dez anos, um dos períodos mais bem sucedidos do São Paulo, tanto no aspecto político, quanto financeiro e esportivo. Juvenal se via no direito de centralizar as decisões sem respeitar a divisão de trabalho organizacional instituída pelos membros da associação. As pessoas que lhe cercavam, por admiração e lealdade, não lhe impediam de gerir da forma como fazia. No entanto, esse comportamento começou a ser questionado no momento em que os resultados do time de futebol do SPFC passaram a ser frustrantes para sócios, torcedores, conselheiros e diretores, afinal “se as coisas estiverem razoavelmente bem, o comportamento não muda. Crises fazem com que as mudanças acelerem”. É isso o que afirma Dorival Decoussau, Diretor de Marketing no mandato de Marcelo Portugal Gouvêa – na mesma época em que JJ era Diretor de Futebol – e também Diretor de Comunicação no último mandato de JJ. Dorival, que, apesar de divergir das decisões de Juvenal e ter apoiado a chapa de Kalil Rocha Abdalla nas eleições de 2014, não considera seu grupo como uma oposição e, sim, uma dissidência, afinal não se trata de uma questão de inimizade, mas de valores de gestão e políticos destoantes. No entanto, mesmo que ele não queira rotular seu grupo como oposição, dando a isto outro nome, trata-se de uma oposição, afinal, dissidências originam oposições. A falta de transparência nas decisões da Era JJ dificulta uma análise clara sobre o desrespeito ou não das regras formais de divisão do trabalho. Conseqüentemente, a ilegitimidade dos meios não pode ser comprovada.

Além das ilegitimidades do poder categorizadas por Leach, Cláudio Couto elenca alguns indícios de oligarquização em seu artigo *Oligarquia e Processos de Oligarquização*, de outubro de 2012. A partir dos conceitos de Robert Michels, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, entre outros, ele elabora sua própria teoria e descreve as condições nas quais organizações representativas podem ser capturadas pela lógica desse fenômeno político. Enumerando os critérios que Couto desenvolve em seu artigo, podemos ver (1) divergência de interesses entre os representantes e o restante da coletividade, (2) facilidade de alteração das regras formais a favor dos mandatários, (3) impossibilidade da oposição de ocupar o poder e (4) funcionamento da Associação por meio de regras não assumidas como válidas pela maioria da coletividade. Todos esses quatro fatores não são explícitos – apesar de algumas vezes serem notáveis –

no cotidiano político do São Paulo Futebol Clube, e, quando é possível notá-los, eles geralmente não prevalecem. No caso particular no SPFC, é possível listar os motivos que contribuiriam para a instituição de uma oligarquia:

- Falta de preparo de alguém capaz de assumir o Clube durante o segundo mandato de Juvenal, tendo em vista os trâmites políticos para fazer do Estádio do Morumbi palco de abertura da Copa do Mundo de 2014;
- Vaidade e interesse pessoal de alguns sócios ou Conselheiros que dificilmente assumiriam posição de destaque no Clube, mas desejam gozar do *status* de fazer parte do poder;
- Regalias aos Conselheiros e Diretores e a valorização de sobrenomes consagrados no São Paulo Futebol Clube que, por vezes, sobrepõem as decisões mais meritocráticas e eficientes;
- Lealdade, respeito e admiração de quase a totalidade dos sócios e Conselheiros por Juvenal, creditados às conquistas do time do SPFC, a melhora na parte social do Clube e a sua personalidade.

Por outro lado, existe uma série de outros aspectos que impedem que isso aconteça, como mostram tais fatores:

- Composição dos órgãos colegiados – o principal deles, Conselho Deliberativo, em que o Presidente não tem quase nenhuma influência direta na nomeação dos Conselheiros (só não é possível dizer “nenhuma” porque, quando Conselheiros vitalícios falecem, o Presidente tem poder de escolha na nomeação dos próximos vitalícios e, nesse caso, comumente se observa troca de favores: o cargo pelo apoio político);
- Estatuto Social do Clube, que dita todas as normas políticas a serem seguidas no Clube e exige quórum mínimo de Conselheiros para as decisões principais e para alteração do Estatuto;
- Histórico político do São Paulo desde abril de 1978 (período ao qual me refiro neste relatório como Fase III) em que as durações dos mandatos e as trocas de Presidentes são rigorosamente respeitadas;
- Saúde debilitada de Juvenal Juvêncio.

O São Paulo Futebol Clube teve à sua frente quatro presidentes a partir de abril do ano 2000, Carlos Miguel Aidar (2014 – 2017) é o quarto deles. Ou seja, cada um deles

passou, em média, pouco mais de quatro anos no poder. Essas trocas – ainda que permaneça o mesmo grupo da situação no poder desde 2002 e, antes disso, 12 anos (1990 – 2002) com o poder nas mãos daqueles que hoje fazem a oposição – mostram que, apesar de alguns circunstanciais traços característicos de uma oligarquia se mostrarem presentes nos últimos anos do Clube, eles não são suficientes para afirmar que se trata de uma organização oligárquica. Afinal, uma das principais características desse tipo de organização é quando a liderança oligárquica se institucionaliza e passa a ser contínua. Ou seja, a manutenção do poder nas mãos de um só Presidente durante oito anos, não é suficiente para afirmar que haja uma oligarquia, tendo em vista que os indícios de oligarquização se mostram esporádicos. A maior prova disso é a baixa – ou nenhuma – probabilidade de um futuro Presidente se manter a frente do SPFC por mais do que dois mandatos. O quadro a seguir sumariza este ponto e, com ele, encerro este trabalho.

Quadro Sintético

5.1. Índícios de Oligarquização

	Características da Oligarquização	Avaliação do São Paulo Futebol Clube
Leach - Ilegitimidade do poder	"Ilegitimidade das pessoas, que exercem o poder, mas não teriam um mandato para fazê-lo."	Não há ilegitimidade das pessoas no caso do SPFC. Por mais que se questione a centralização exacerbada de JJ e quaisquer outros aspectos políticos que possam indicar uma oligarquia, quem executa o poder - na data deste estudo, Carlos Miguel Aida e, até abril de 2014, Juvenal Juvêncio - tem o respaldo legítimo das votações.
	"Ilegitimidade da jurisdição, que ocorre quando mesmo pessoas dotadas de um mandato legitimamente obtido excedem o âmbito daquilo que lhes é lícito fazer."	O principal exemplo que indicaria ilegitimidade da jurisdição no SPFC é a alteração estatutária que permitiu o terceiro mandato de JJ. No entanto, essa alteração, apesar de ter sido contestada quanto a sua legalidade perante o Código Civil, foi feita com aprovação de quase a totalidade dos Conselheiros na ocasião. Como consequência, o poder se fortaleceu e passou a centralizar ainda mais as decisões do Clube. A partir disso, pode se questionar qualquer problema de jurisdição. No panorama geral, o SPFC não demonstra problemas com esse tipo de ilegitimidade.
	"Ilegitimidade dos meios, quando o poder é exercido de forma não sancionada pelo grupo."	Dentre as três ilegitimidades do poder sugeridas por Leach, a mais notável no SPFC é a ilegitimidade dos meios. A força de JJ adquirida após aprovação do terceiro mandato fez com muitas decisões fossem centralizadas no Presidente sem que passasse pelos verdadeiros responsáveis por aquelas funções. Dessa maneira, a centralização quebra, de certa forma, com a divisão do trabalho organizacional instituída pelos membros desta associação, dando margem a questionar esse tipo de ilegitimidade.
	Interesses divergentes dos representantes em relação ao restante da coletividade.	O caso da reforma no Estádio do Morumbi é um exemplo notável, no qual se observaram determinadas omissões da Diretoria em relação aos contratos para que a aprovação do projeto obtivesse êxito em detrimento do interesse da oposição, que não necessariamente configura a maioria desta coletividade. Houve uma tentativa de beneficiar os interesses da situação ainda que, predominantemente, os interesses dos representantes e do restante da coletividade não sejam antagônicos.
	Índícios de oligarquização respaldados por regras formais - como mudança de regras institucionais feita por quem ocupa o poder ou indicação de membros a órgãos colegiados.	O Conselho Deliberativo é composto por 160 Conselheiros vitalícios e outros 80 Conselheiros eleitos que ocupam o cargo por seis anos. Essa estrutura faz com que haja pouca influência direta do Presidente em indicação de membro a este órgão - com uma exceção, quando o Presidente indica Conselheiros Vitalícios para substituir aqueles que vieram a falecer. Quanto às regras institucionais, diga-se Estatuto, só podem ser alterados com aprovação deste Conselho Deliberativo. Ou seja, só há uma forma para mudar essas regras a favor da manutenção do poder, que se dá quando quase a totalidade dos 240 Conselheiros são da situação, o que é uma configuração pouco provável.
	Impossibilidade da oposição de ocupar o poder.	Por mais que o candidato de oposição Kalil Rocha Abadalla tenha abandonado o pleito em abril de 2014, a oposição tinha possibilidades reais e matemáticas de ocupar o poder, independentemente do fato de terem perdido para a situação nas eleições para Conselheiros - 62% contra 38%, o que corresponde a 49 das 80 cadeiras para a situação.
	Organização funcionando por meio de regras não abertamente assumidas como válidas pela maioria da coletividade.	A centralização e a falta de transparência do poder do SPFC durante os três anos precedentes a esse estudo demonstram, de certa forma, que determinadas decisões foram tomadas sem o conhecimento e desejo da maioria da coletividade. Isto não significa que o Clube passou a funcionar por meio de regras não assumidas como válidas, mas, certamente, distanciou os representados de uma série de decisões sobre o Clube.
	"Comandantes da coletividade conseguem agir continuamente de maneira não controlada." - Liderança oligárquica institucionalizada e não esporádica.	A contínua ação dos comandantes a favor da manutenção do poder é um aspecto importante na caracterização de uma oligarquização que, no caso do São Paulo, é pouco notado. O histórico político dos 30 anos da Fase III do Clube, a repercussão do terceiro mandato de JJ e as eleições de 2014 são pontos que indicam isso.

Fonte: Levantamento do autor. Realizado em 21/07/14

5.2. Referências

Antônio Leme Nunes Galvão – Vice Presidente do Banco de Crédito Nacional (BCN); Diretor da Companhia Energética de SP (CESP); Dono da construtora que participou da construção do Estádio Cícero Pompeu de Toledo; Presidente do SPFC (1978 – 1982).

Carlos Miguel Aidar – Filho de Henri Aidar; Presidente do SPFC (1984 – 1988 e 2014 – 2017); Ex-Presidente da OAB Seção São Paulo.

Cícero Pompeu de Toledo – Presidente do SPFC (1947 – 1958); Incentivou a formulação do projeto de construção do Estádio Cícero Pompeu de Toledo.

Henri Aidar – Pai de Carlos Miguel Aidar; Presidente da Companhia Energética de SP (CESP) no governo de Laudo Natel; Chefe da Casa Civil no governo de Laudo Natel; Diretor de Futebol em parte do mandato de Laudo Natel; Presidente do SPFC (1971 – 1978).

Juvenal Juvêncio – Deputado Estadual Suplente na década de 60; Vereador Suplente na década de 60; Diretor da CECAP no governo de Laudo Natel; Diretor de Futebol do SPFC nos mandatos de Carlos Miguel Aidar e Marcelo Portugal Gouvêa; Presidente do SPFC (1988 – 1990 e 2006 – 2014).

Kalil Rocha Abdalla – Diretor Jurídico do SPFC (1984 – 1988 e 2002 – 2013); Provedor da Santa Casa (2008 – 2014 e reeleito em 2014).

Laudo Natel – Presidente do Banco Bradesco antes de ingressar ao SPFC; Presidente do SPFC (1958 – 1972); Governador de SP (1966 – 1967 e 1971 – 1975).

Marcelo Portugal Gouvêa – Diretor de Futebol do SPFC no mandato de Juvenal Juvêncio (1988 – 1990); Presidente do SPFC (2002 – 2006).

Marco Aurélio Cunha – Ex-Genro de Juvenal Juvêncio; Dirigente de Futebol durante parte dos mandatos de Marcelo Portugal Gouvêa e Juvenal Juvêncio; Vereador de São Paulo desde 2008.

Fonte: Levantamento do autor. Realizado em 11/10/13.

5.3. Presidentes da Diretoria Executiva

1ª Fase – SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE

M.	Início	Término	Presidente	O.
01º	26/01/1930	??/??/1931	Edgard Egydio de Souza Aranha	01º
02º	??/??/1931	??/??/1933	Edgard Egydio de Souza Aranha	
03º	??/??/1933	25/06/1934	Edgard Egydio de Souza Aranha	
04º	25/06/1934	07/03/1935	João Baptista da Cunha Bueno	02º
05º	07/03/1935	14/05/1935	Luís Oliveira de Barros	03º

1ª Dissidência – INDEPENDENTE ESPORTE CLUBE

M.	Início	Término	Presidente	O.
01º	25/03/1935	16/12/1935	Luiz Mendes Pereira	01º

Fase Intermediária – CLUBE ATLÉTICO SÃO PAULO

M.	Início	Término	Presidente	O.
01º	04/06/1935	16/12/1935	Carlos Monteiro Brisola	01º

2ª Fase – SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE

M.	Início	Término	Presidente	O.
Fase I				
01º	16/12/1935	28/02/1936	Manoel do Carmo Mecca (renunciou)	01º
02º	29/02/1936	01/05/1936	Frederico Antônio Germano Menzen (Ass.)	02º
03º	01/05/1936	25/11/1937	Frederico Antônio Germano Menzen	
04º	25/11/1937	14/06/1938	Frederico Antônio Germano Menzen (renunciou)	
05º	14/06/1938	21/06/1938	Cid Mattos Vianna (renunciou)	03º
06º	22/06/1938	12/09/1938	Junta Provisória* (presidida por Menzen)	
07º	12/09/1938	15/02/1940	Piragibe Nogueira	04º
08º	15/02/1940	14/11/1940	Paulo Machado de Carvalho	05º
09º	14/11/1940	29/12/1940	João Thomas Monteiro da Silva (faleceu)	06º
10º	29/12/1940	19/12/1941	Décio Pacheco Pedroso	07º
11º	19/12/1941	13/12/1943	Décio Pacheco Pedroso	
12º	13/12/1943	12/02/1946	Décio Pacheco Pedroso	
13º	12/02/1946	14/12/1946	Roberto Gomes Pedroza	08º
14º	14/12/1946	30/09/1947	Paulo Machado de Carvalho	
Fase II				
15º	30/09/1947	13/12/1947	Cícero Pompeu de Toledo	09º
16º	13/12/1947	20/12/1949	Cícero Pompeu de Toledo	
17º	20/12/1949	15/12/1951	Cícero Pompeu de Toledo	
18º	15/12/1951	27/04/1954	Cícero Pompeu de Toledo	
19º	27/04/1954	17/04/1956	Cícero Pompeu de Toledo	
20º	17/04/1956	29/04/1958	Cícero Pompeu de Toledo	
21º	30/04/1958	19/04/1960	Laudo Natel	10º
22º	19/04/1960	16/04/1962	Laudo Natel	
23º	16/04/1962	16/04/1964	Laudo Natel	
24º	16/04/1964	29/04/1966	Laudo Natel	
25º	29/04/1966	16/04/1968	Laudo Natel	

26º	16/04/1968	05/05/1970	Laudo Natel	
27º	05/05/1970	28/04/1972	Laudo Natel (licenciou-se)	
28º	28/04/1972	29/04/1974	Henri Couri Aidar	11º
29º	29/04/1974	27/04/1976	Henri Couri Aidar	
30º	27/04/1976	27/04/1978	Henri Couri Aidar	

Fase III

31º	27/04/1978	29/04/1980	Antônio Leme Nunes Galvão	12º
32º	29/04/1980	27/04/1982	Antônio Leme Nunes Galvão	
33º	27/04/1982	17/04/1984	José Douglas Dallora	13º
34º	17/04/1984	16/04/1986	Carlos Miguel Cástex Aidar	14º
35º	16/04/1986	16/04/1988	Carlos Miguel Cástex Aidar	
36º	16/04/1988	23/04/1990	Juvenal Juvêncio	15º
37º	23/04/1990	23/04/1992	José Eduardo Mesquita Pimenta	16º
38º	23/04/1992	25/04/1994	José Eduardo Mesquita Pimenta	
39º	26/04/1994	23/04/1996	Fernando José Pinto Casal de Rey	17º
40º	23/04/1996	16/04/1998	Fernando José Pinto Casal de Rey	
41º	16/04/1998	29/04/2000	José Augusto Bastos Neto	18º
42º	29/04/2000	20/04/2002	Paulo Amaral Vasconcellos	19º
43º	20/04/2002	30/04/2004	Marcelo Figueiredo Portugal Gouvêa	20º
44º	30/04/2004	17/04/2006	Marcelo Figueiredo Portugal Gouvêa	

Fase IV

45º	17/04/2006	22/04/2008	Juvenal Juvêncio
46º	22/04/2008	20/04/2011	Juvenal Juvêncio
47º	20/04/2011	16/04/2014	Juvenal Juvêncio

Interinos

??/??/1955	??/??/1955	Frederico Antônio Germano Menzen
06/06/1966	31/01/1967	Manoel Raymundo Paes de Almeida
??/??/1969	??/??/1969	Henri Couri Aidar
05/12/1970	11/01/1971	Cláudio Aidar
15/03/1971	28/04/1972	Henri Couri Aidar

Legendas

M. Mandato. **O.** Ordem. **J.P.** Junta Provisória.

* Junta Provisória composta por: Frederico Antônio Germano Menzen, José Porphyrio da Paz, Jaime Roso, Gumercindo Nascimento de Luca, Machado Filho e Carlos Lopes.

Fonte: Acervo Histórico do São Paulo Futebol Clube e Webpage do São Paulo Futebol Clube. Disponível em <http://saopaulofc.net/o-clube/presidentes/>. Acessado em 18/12/13.

5.4. Candidatos Vencidos

1935: Não houve concorrentes	Aclamação
1936: Não houve concorrentes	Aclamação
1936: Não houve concorrentes	Aclamação
1937: Não houve concorrentes	Aclamação
1938: Não houve concorrentes	Aclamação
1938: Não houve concorrentes	Junta Provisória
1938: Não houve concorrentes	Aclamação
1940:	
1940:	
1940:	
1941:	
1943:	
1946: Não houve concorrentes	Aclamação
1946: Não houve concorrentes	Aclamação
1947: José Aranha	036 votos contra 081
1947: Décio Pacheco Pedroso	052 votos contra 053
1949: Não houve concorrentes	096 votos ao eleito, 002 nulos, 001 branco
1951: Décio Pacheco Pedroso	055 votos contra 084
1954: Não houve concorrentes	087 votos ao eleito, 005 se retiraram
1956: Não houve concorrentes	076 votos ao eleito
1958: Não houve concorrentes	128 votos ao eleito, 001 branco
1960: Não houve concorrentes	086 votos ao eleito, 002 branco
1962: Não houve concorrentes	131 votos ao eleito, 001 branco
1964: Luiz Cássio dos Santos Werneck	022 votos contra 146
1966: Não houve concorrentes	119 votos ao eleito, 001 branco
1968: Não houve concorrentes	105 votos ao eleito, 003 branco
1970: Não houve concorrentes	151 votos ao eleito, 001 branco, 001 ausente
1972: Não houve concorrentes	130 votos ao eleito, 002 brancos, 001 nulo
1974: Não houve concorrentes	150 votos ao eleito, 003 brancos
1976: Não houve concorrentes	166 votos ao eleito, 001 branco
1978: Não houve concorrentes	183 votos ao eleito, 001 branco, 04 ausentes
1980: Homero Bellintani	072 votos contra 078
1982: Não houve concorrentes	186 votos ao eleito
1984: Luiz Cássio dos Santos Werneck	051 votos contra 172
1986: Não houve concorrentes	170 votos ao eleito
1988: Antônio Leme Nunes Galvão	108 votos contra 109
1990: Juvenal Juvêncio	188 votos ao eleito
1992: Antônio Cláudio Mariz de Oliveira	093 votos contra 130
1994: Paulo Elysio de Andrade	081 votos contra 127
1996: Não houve concorrentes	118 votos ao eleito
1998: Marcelo Portugal Gouvêa	100 votos contra 110
2000: Carlos Augusto de Barros e Silva	112 votos contra 117
2002: Paulo Amaral	116 votos contra 118
2004: José Carlos de Mello Dias	083 votos contra 117
2006: Marcelo Martines	101 votos contra 127

2008: Aurélio Miguel
2011: Edson Lapolla

064 votos contra 147
007 votos contra 163

Fonte: Acervo Histórico do São Paulo Futebol Clube. Realizado em 18/12/13.

5.5. Duração dos mandatos entre 1935 a 1947

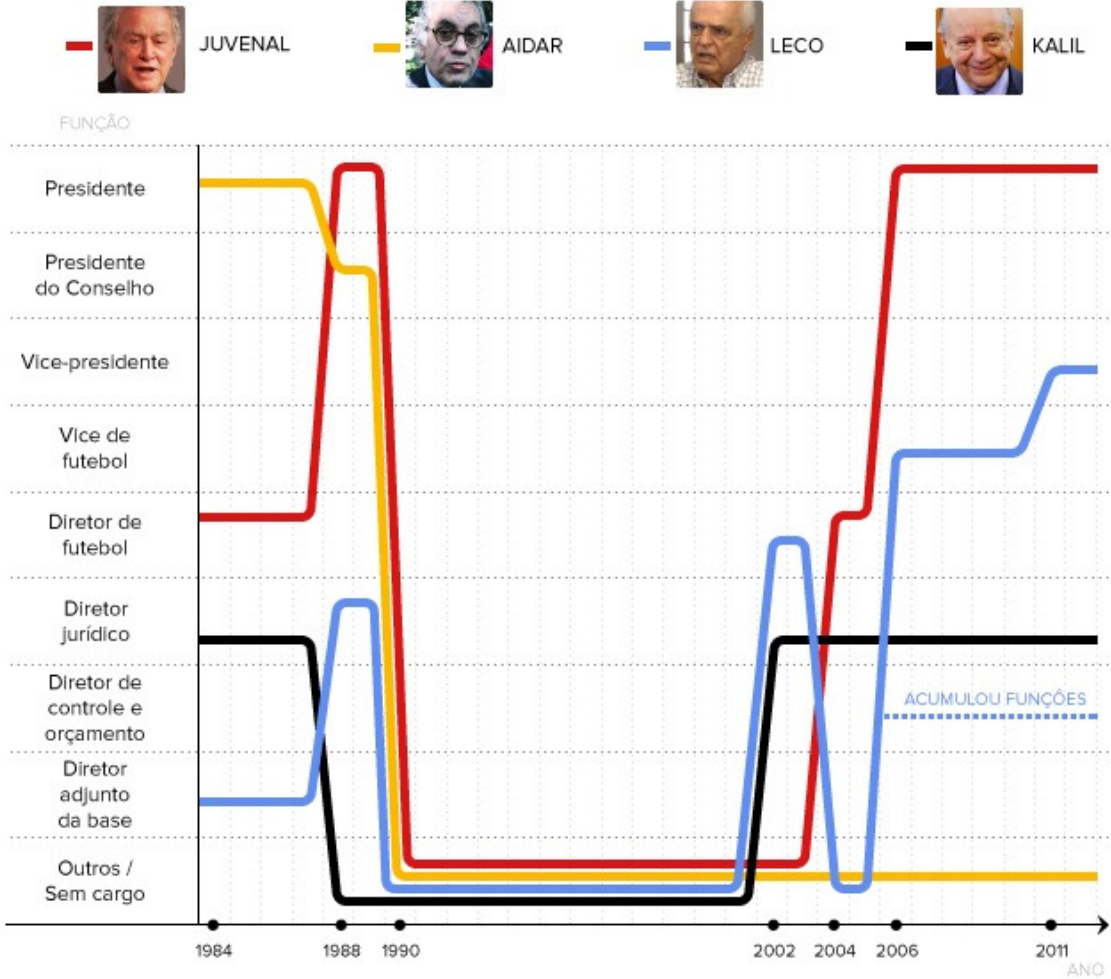
PRESIDENTES DO SPFC - de 16/12/1935 a 30/09/1947

Data de Início	Presidentes	Data do Fim	Dias	Meses	Anos
16/12/1935	Manoel do Carmo Mecca	29/02/1936	75	2,5	0,2
29/02/1936	Frederico Antônio Germano Menzen	14/06/1938	836	27,9	2,3
14/06/1938	Cid Mattos Vianna (renunciou)	21/06/1938	7	0,2	0,0
22/06/1938	Junta Provisória	12/09/1938	82	2,7	0,2
12/09/1938	Piragibe Nogueira	15/02/1940	521	17,4	1,4
15/02/1940	Paulo Machado de Carvalho	14/11/1940	273	9,1	0,8
14/11/1940	João Thomas Monteiro da Silva (faleceu)	29/12/1940	45	1,5	0,1
29/12/1940	Décio Pacheco Pedroso	12/02/1946	1871	62,4	5,2
12/02/1946	Roberto Gomes Pedroza	14/12/1946	305	10,2	0,8
14/12/1946	Paulo Machado de Carvalho	30/09/1947	290	9,7	0,8
		MÉDIA	430,5	14,4	1,2

Fonte: Levantamento do autor. Realizado em 11/10/13.

5.6. Trajetória dos envolvidos à Presidência do SPFC em abril de 2014

TRAJETÓRIA DOS CANDIDATOS



Fonte: Página do São Paulo Futebol Clube no site globoesporte.com. Disponível em <http://globoesporte.globo.com/futebol/times/sao-paulo/noticia/2013/09/eleicao-no-sao-paulo-marca-racha-de-aliados-apos-30-anos-no-clube.html>. Acessado em 11/10/13. Acessado em 11/10/13.